

Serviço responsável pela execução da deliberação | Divisão de Aprovisionamento e Património

Epígrafe | 2.3.2. Procedimento concursal para aquisição dos serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos, resíduos de construção e demolição, da responsabilidade dos municípios, e prestação dos serviços de limpeza urbana no Concelho de Leiria. Prévia autorização da Assembleia Municipal nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho

Deliberação | A gestão dos resíduos urbanos, nos termos e para os efeitos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, consubstancia uma atividade que constitui um serviço público de caráter estrutural cuja responsabilidade é dos municípios, na sua área de intervenção territorial, em consonância com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

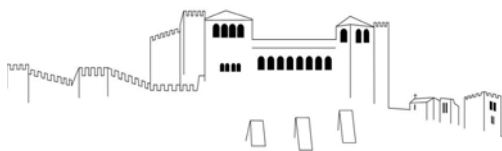
O Município de Leiria é a entidade titular que, nos termos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, tem por atribuição assegurar a provisão do sistema de gestão de resíduos urbanos no respetivo território.

O artigo 7.º deste citado diploma confere à entidade titular o poder de definir a entidade gestora dos serviços municipais, por recurso a um dos seguintes modelos de gestão: prestação direta do serviço; delegação do serviço em empresa constituída em parceria com o Estado; delegação do serviço em empresa do sector empresarial local; concessão do serviço.

O Município de Leiria, em conformidade com as regras em vigor à data da outorga da escritura pública n.º 43, de 17 de maio de 1993, optou por ser a entidade gestora, através de contrato de prestação de serviços com a Sociedade Comercial S.T.L. – Sociedade de Transportes e Limpeza, Lda., a qual veio a ser incorporada, por aquisição, na SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA.

O contrato em questão tinha a validade de cinco anos, com possibilidade de renovação até ao limite máximo de 20 anos, ou seja, até 17 de maio de 2013.

A Câmara Municipal, reconhecendo que não pode ocorrer qualquer situação de descontinuidade da prestação deste serviço à população e aos agentes económicos e sociais do Concelho de Leiria, nem a interrupção da limpeza pública, e não possuindo meios próprios para realizar estas operações, nem podendo vir a dispor dos mesmos em tempo útil, ao que acresce a convicção de em Leiria, com base na experiência adquirida nos últimos dezanove anos, ser este o modelo de gestão que melhor acautela o interesse público que aos órgãos municipais cumpre concretizar, **deliberou por maioria**, com o voto contra da Senhora Vereadora Blandina oliveira e os votos de abstenção dos Senhores Vereadores José Benzinho, Neusa Magalhães, Carlos Vitorino e Gastão Neves, submeter à Assembleia Municipal para efeitos de prévia autorização nos termos do disposto nos n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que regula a realização de despesas em mais de um ano económico ou em ano económico que não seja o da sua realização, aplicado por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, condição imprescindível para a abertura de concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para aquisição dos serviços de recolha e transporte a destino final adequado de



Subunidade Orgânica de Expediente Geral

resíduos urbanos, de resíduos de construção e demolição, da responsabilidade dos municípios, e prestação dos serviços de limpeza urbana no Concelho de Leiria, nos termos e com os fundamentos que se seguem:

1 - SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO

- a. Recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos;
- b. Recolha e transporte a destino final adequado de resíduos de construção e demolição, da responsabilidade dos municípios;
- c. Serviços de limpeza pública na área do Município:
 - i. Varredura manual e/ou mecânica de espaços públicos;
 - ii. Limpeza e lavagem manual e/ou mecânica de espaços públicos
 - iii. Limpeza do areal da Praia do Pedrógão;
 - iv. Limpeza, lavagem e desinfecção de todo o equipamento de deposição de resíduos urbanos;
 - v. Serviços pontuais de recolha e limpeza, designadamente no âmbito da realização de eventos.

2 - PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

10 anos, a contar da data da outorga do contrato respetivo.

3 - VALOR ESTIMADO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A CONCRETIZAR EM SEDE DO PROCEDIMENTO CONCURSAL

€35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de euros).

4 - REVISÃO DE PREÇOS

A fórmula de revisão de preços constará das peças do procedimento concursal e incidirá, nomeadamente, sobre o preço dos combustíveis e o Índice de Preços ao Consumidor no Continente, publicado pelo INE.

5 - VALOR PARA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Nos termos do n.º 7 do artigo 42.º do Código da Contratação Pública, as peças do procedimento concursal devem prever a obrigação do adjudicatário elaborar, um ou vários projetos de investigação e desenvolvimento diretamente relacionados com as obrigações do contrato no valor de 1% do preço contratual.

6 - PERCENTAGEM DE FATURAÇÃO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As peças do procedimento concursal devem prever a obrigação de o adjudicatário custear, no valor de 0,5% do preço contratual, campanhas e ações de sensibilização ambiental na área do Município de Leiria.

Mais deliberou solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

O Presidente da Câmara Municipal



Raul Castro

A Secretária da reunião



Sandra Almeida Reis
Ao abrigo do despacho n.º 7/2012, de 5 de janeiro

ANEXO

Informação registo INT-2012/3871

“

Assunto: Serviço municipal de gestão de resíduos urbanos no Concelho de Leiria; Término do contrato de prestação de serviços n.º43/93, celebrado a 17 de Maio de 1993, entre a Câmara Municipal de Leiria e a STL-Sociedade de Transporte e Limpeza, Lda.

ENQUADRAMENTO**1. SISTEMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS**

Entende-se por Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos a estrutura de meios humanos, logística, equipamentos e infraestruturas, estabelecida para levar a cabo as operações inerentes a este tipo de resíduos.

Os serviços municipais de gestão de resíduos compreendem, no todo ou em parte, a gestão dos sistemas municipais de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos urbanos, bem como as operações de descontaminação de solos e a monitorização dos locais de deposição após o encerramento das respetivas instalações.

Os serviços acima referidos incluem, igualmente, a limpeza urbana e higiene públicas.

2. COMPETÊNCIAS (ENTIDADE TITULAR E ENTIDADE GESTORA DO SISTEMA)

A gestão dos resíduos urbanos¹, nos termos e para os efeitos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º73/2011, de 17 de Junho, consubstancia uma atividade que constitui um serviço público de carácter estrutural cuja responsabilidade é do Município de Leiria, na sua área de intervenção territorial, em consonância com o previsto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

O Município de Leiria é a Entidade Titular que, nos termos da lei, tem por atribuição assegurar a provisão do sistema de gestão de resíduos urbanos no respetivo território.

Para efeito de alguns componentes do sistema de gestão de resíduos urbanos, nomeadamente, tratamento e destino final, a responsabilidade do Município de Leiria é exercida pela Valorlis, S.A., tendo sido, igualmente, celebrado, entre a edilidade e aquela sociedade, contratos de entrega, receção e recolha seletiva para a valorização.

Com efeito, a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de recolha seletiva, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Alta Estremadura, criado através do Decreto-Lei n.º 116/96, de 6 de Agosto, e integrando, entre outros utilizadores originários, o município de Leiria, compete à sociedade Valorlis, S.A. - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.². no âmbito do contrato de concessão exclusiva celebrado entre o Ministério do Ambiente e aquela Sociedade, constituída nos termos daquele mesmo diploma legal, donde resulta que a Valorlis, S.A. é a Entidade Gestora responsável pela recolha seletiva, triagem, valorização e eliminação dos resíduos urbanos, *leia-se* resíduos valorizáveis.

¹ Resíduo Urbano – resíduo proveniente de habitações, bem como, outro resíduo que pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações.

² O facto da C.M. Leiria ter participação na Valorlis, e o contrato celebrado, justificam que as instalações geridas por aquela Sociedade sejam um dos destinos preferenciais dos resíduos geridos pela C.M. Leiria.

Sem prejuízo do acima referido, o Município de Leiria poderá celebrar contratos de concessão do serviço ou partes dele ou recorrer a contratos de prestação de serviços, preferencialmente com empresas com certificação na área da qualidade, ambiente, segurança e higiene e segurança.

3. SISTEMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS NO CONCELHO DE LEIRIA, À DATA ATUAL

O concelho de Leiria tem 565,10 km² de área e 127.468 habitantes, encontrando-se subdividido em 29 freguesias.

No Concelho, o Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos³ é definido por:

- Câmara Municipal de Leiria, como entidade responsável pelo Sistema de Gestão (Entidade Titular);
- Valorlis, S.A. – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., como sistema multimunicipal;
- SUMA, S.A. – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., como empresa prestadora de serviços de recolha e transporte de resíduos indiferenciados e limpeza urbana⁴;

INFORMAÇÃO

O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, estendendo-se o âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, a todas as operações de gestão de resíduos, em consonância com a definição plasmada no artigo 2.º da Lei - quadro dos resíduos, o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5/09, alterado.

De acordo como o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20/08, conjugado com os n.º1 e n.º2, respetivamente, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5/09, a gestão de resíduos urbanos cuja produção diária não exceda os 1100 l por produtor é uma atribuição dos municípios e pode ser prosseguida isoladamente ou através de associações de municípios ou de áreas metropolitanas, mediante sistema intermunicipais, nos termos do referenciado Decreto-Lei n.º 194/2009.

Por outro lado, o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 permite a possibilidade da entidade gestora dos serviços municipais ser definida pela entidade titular de acordo com um dos seguintes modelos de gestão: Prestação direta do serviço; Delegação do serviço em empresa constituída em parceria com o Estado; Delegação do serviço em empresa do sector empresarial local; Concessão do serviço.

Com a celebração do contrato de entrega e receção de RSU e de recolha seletiva para a valorização, tratamento e destino final, entre o município de Leiria e a Sociedade VALORLIS, S.A. e, ainda, com a outorga, conforme parágrafo subsequente, dos serviços de recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos e limpeza da zona urbana da cidade de Leiria à Empresa S.T.L. – Sociedade de Transportes e Limpeza, Lda., atual SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., por incorporação do património daquela Sociedade, para a sociedade incorporante SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A, ficaram asseguradas algumas das fases da gestão adequada dos resíduos urbanos para o concelho de Leiria.

³ Ou seja, a gestão dos resíduos urbanos é efetuada, em baixa, por operador privado, a empresa SUMA, S.A., e em alta, pela Valorlis, S.A., no que se refere aos RU indiferenciados.

⁴ Os resíduos recolhidos pela SUMA são posteriormente transportados para o Aterro Sanitário de RSU, da Valorlis, sito na Quinta do Banco, freguesia de Parceiros, Concelho de Leiria.

Com efeito, em 17/05/1993, foi outorgada a escritura pública n.º 43/93, no Notário Privativo da Câmara Municipal de Leiria, ente o Município de Leiria e a Sociedade Comercial S.T.L. – Sociedade de Transportes e Limpeza, Lda., pela qual esta última se obrigava, mediante retribuição, à prestação dos seguintes serviços: *Recolha dos Resíduos Sólidos em todo o Concelho de Leiria; Transporte, para o aterro sanitário, dos resíduos sólidos recolhidos em todo o concelho; Limpeza da zona urbana da cidade de Leiria, Recuperação da lixeira controlada existente, sua conversão em aterro sanitário com respetiva selagem e execução de um novo aterro sanitário.* O contrato em questão tinha a validade de cinco anos, com possibilidade de renovação tácita até ao limite máximo de 20 anos, ou seja, até 2013. Faculdade que as partes têm vindo a exercer, mantendo-se aquele ainda em vigor.

Do acima exposto, torna-se premente, à data atual, a indicação, e respetiva concretização, de diligências por parte do Município no sentido de, à data do término do contrato n.º43/93, mormente a 17 de Maio de 2013, estarem concluídos todos os procedimentos com vista à realização efetiva do serviço municipal de gestão de resíduos urbanos a partir dessa data.

Tal pressupõe que a Câmara Municipal decida, em primeira instância, o modelo de gestão a adotar, dos previstos no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º194/2009, de 20 de agosto, sendo que, dos 4 modelos possíveis, afigura-se que apenas será possível o modelo da Concessão ou da Prestação Direta do Serviço, sendo esta última a que tem vigorado no Município de Leiria (com aquisição de serviços) com bons resultados até à data.

Neste pressuposto, cumpre informar que, caso a Câmara Municipal se decida pelo modelo da Concessão ou da Gestão Direta do Serviço, mediante contratualização em empresa privada, da prestação dos serviços de recolha, transporte e encaminhamento a destino final adequado dos resíduos urbanos, podendo tal incluir as atividades de limpeza urbana, tal implicará, no primeiro caso, o cumprimento do disposto no Capítulo VI do regime jurídico dos serviços municipais de gestão de resíduos e, subsidiariamente, o previsto no CCP – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e, no segundo caso, as disposições do CCP.

Destaque-se, ainda, o exigido no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º194/2009, onde é imposto ao município o dever de realizar e apresentar um estudo que demonstre a viabilidade económica e financeira da concessão, previamente à decisão de atribuição mediante aquela modalidade.

Por outro lado, independentemente da figura de gestão a adotar, concessão de serviços ou aquisição de serviços considera-se que se trata de contratos cujo objeto abrange prestações que estão ou são suscetíveis de estar submetidas à concorrência de mercados e, portanto, deverá a entidade adjudicante, leia-se Município de Leiria, adotar um dos procedimentos definidos no n.º1, do artigo 16.º do CCP.

Face ao valor exatável do contrato a celebrar⁴, e atentos as disposições constantes do Capítulo II da Parte II, relativa à *Contratação Pública*, do Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de janeiro, alterado, o procedimento que se considera mais adequado será o do concurso público ou do concurso limitado com prévia qualificação, com publicitação do Jornal Oficial da União Europeia.

Subsequentemente e independentemente do tipo de procedimento a promover, terão de ser elaboradas as peças do procedimento para a formação do contrato, mormente as especificadas no Capítulo III da Parte II do diploma acima, e segundo as regras estabelecidas naquele capítulo.

⁴ Refira-se que, o valor de faturação anual da SUMA, S.A., no ano de 2011, relativamente à prestação de serviços no âmbito do Contrato n.º43/93, rondou os €3.000.000,00 (três milhões de euros), faturação mensal aproximadamente de €250.000,00.

CONCLUSÃO

Do acima referido resulta que, independentemente do modelo de gestão ou tipo de procedimento a adotar para a prestação do serviço municipal em causa, estando previsto, conforme contrato oportunamente estabelecido, para Maio de 2013, o término da prestação de serviços que Município de Leiria possui com o operador privado SUMA, S.A., terão de ser diligenciados, desde já, os procedimentos com vista à realização efetiva do serviço municipal de gestão de resíduos urbanos, em toda a área territorial do Município, conforme preconizado na Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º194/2009, de 20 de agosto, obedecendo este serviço às regras de prestação de serviços públicos essenciais destinadas à proteção dos utilizadores que estejam consignadas na legislação em vigor, designadamente as constantes da Lei n.º23/96, de 26 de Julho, e da Lei n.º24/96, de 31 de Julho, nas redações em vigor.

No âmbito dos procedimentos supra referidos será necessária a elaboração de documentos de complexa elaboração em concomitância com o facto da tramitação procedimental ser morosa, desde logo, pela submissão à Assembleia Municipal, para a aprovação da repartição de encargos por mais do que um ano económico, condição imprescindível à prévia autorização para abertura do referido procedimento concursal.

Face ao acima exposto, e sendo a Divisão de Desenvolvimento Económico e Ambiente, a unidade orgânica da Câmara Municipal de Leiria competente pela gestão sustentada dos resíduos, bem como, pela promoção da higiene e salubridade pública do Concelho de Leiria, em cumprimento e no sentido da prossecução das respetivas atribuições e competências do Município nestas áreas, propõe-se:

- a. Indicação/decisão, por parte da digníssima Câmara Municipal, do modelo de gestão a adotar;
- b. Tipo de procedimento a adotar em função do modelo de gestão selecionado;
- c. Elaboração das peças do procedimento, em função do tipo de procedimento escolhido e de acordo com os requisitos legais aplicáveis. Neste âmbito, será necessária a constituição, no imediato, de um grupo de trabalho pluridisciplinar para o efeito, o qual se propõe, seja constituído por elementos da DIDEA, DIJA, DIF e DIAP.
- d. Calendarização dos trabalhos para que o procedimento esteja pronto para ser submetido à Assembleia Municipal de Junho, de modo a que não haja derrapagens em termos de cumprimento de prazos para efeitos de adjudicação oportuna, previamente a 17/05/2013, do serviço público, se for essa a opção tomada.

À consideração da digníssima Câmara,

Leiria, 11 de abril de 2012

Divisão de Desenvolvimento Económico e Ambiente

Chefe de Divisão, regime de substituição

Margarida Morais